



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

PATRÍCIA ARANHA

O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Campina Grande

2016

PATRÍCIA ARANHA

O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Auri Donato da Costa Cunha

Campina Grande

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A662s Aranha, Patrícia
O serviço social no cenário da educação pública brasileira
[manuscrito] / Patrícia Aranha. - 2016.
20 p. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Auri Donato da Costa Cunha, Departamento de Serviço Social".

1. Educação. 2. Serviço social. 3. Política educacional. I.
Título.

21. ed. CDD 370

PATRÍCIA ARANHA

O Serviço Social no Cenário da Educação Pública Brasileira

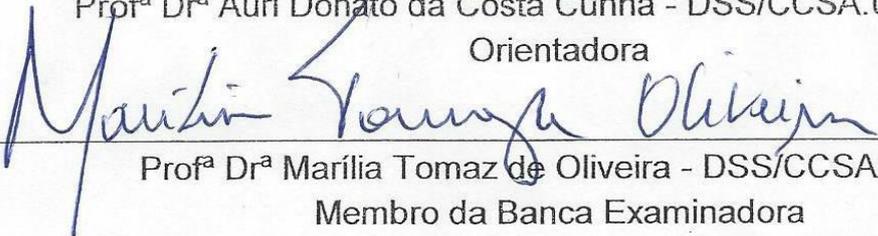
Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I- Campina Grande – PB.

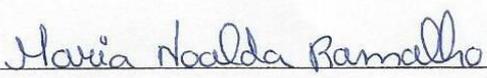
Aprovado em: 05 / 07 / 2016.

Nota: 8,5 (-----)

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Auri Donato da Costa Cunha - DSS/CCSA.UEPB
Orientadora


Profª Drª Marília Tomaz de Oliveira - DSS/CCSA/UEPB
Membro da Banca Examinadora


Profª Drª Maria Noalda Ramalho-DSS/CCSA/UEPB
Membro da Banca Examinadora

CAMPINA GRANDE

2016

RESUMO

O presente artigo tem por objeto de estudo a atuação do Serviço Social na Política Educacional Brasileira. Para o desenvolvimento deste artigo foi feito um resgate histórico sobre a Política Educacional no Brasil, destacando os avanços e retrocessos em cada contexto histórico, um breve resgate histórico do Serviço Social e, posteriormente, a Inserção do Serviço Social nas escolas públicas. A partir do século XX o Serviço Social começa a marcar presença no cenário Educacional que ainda é pouco reconhecido e o Assistente Social vem lutando para conquistar o seu reconhecimento na área da Educação. Por fim, mostra o descaso por parte do Estado com a educação pública, que contribui para a reprodução do capital e sua barbárie ou para a construção de uma nova e superior forma de sociabilidade. A pesquisa realizada é do tipo bibliográfica e documental tendo como base de pesquisa artigos e livros acerca da Política Educacional e dos autores do Serviço Social que discutem sobre a Política Educacional e o Serviço Social na área Educacional.

Palavras-chave: Educação, Serviço Social e Política Educacional.

ABSTRACT

This article is an object of study the role of social work in the Brazilian educational policy. For the development of this product was made a historical review of educational policy in Brazil, highlighting the advances and setbacks in each historical context, a brief historical review of social work and later, the inclusion of social work in public schools. From the twentieth century social work begins to be present in the educational setting that is still poorly recognized and the social worker is struggling to win recognition in the field of education. Finally, it shows the neglect by the state to public education, which contributes to the reproduction of capital and its barbarity or for the construction of a new and higher form of sociability. The survey is the bibliographical and documentary type, with the research-based articles and books of the authors of social services to discuss the educational policy and social work in education area.

Keyword: Education, Social Services and Education Policy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS..	07
3. BREVE TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL.....	11
4. O SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO.....	14
4.1 A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIALNA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

1. INTRODUÇÃO

Este artigo ressalta a importância que tem o Serviço Social na área da Educação, como também, situa que existem dificuldades e possibilidades para o desenvolvimento do trabalho profissional, os quais são criados na relação entre os profissionais de equipe, bem como, pelos recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis para o campo educacional. O mesmo aponta para a falta da orientação por parte do Assistente Social junto às equipes multiprofissionais em processo de trabalho interdisciplinar atendendo às expressões da questão social que particularizam este campo de atuação profissional.

O desejo de enfatizar esta temática surgiu no Estágio Supervisionado realizado na Escola Municipal José Virginio de Lima, nos anos de 2013 e 2014, através do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

A referida escola está localizada na Rua Olegário Maciel, s/n, no bairro de Monte Santo, cidade de Campina Grande-PB. Na referida unidade escolar funciona o ensino fundamental nos turnos manhã e tarde, atendendo a alunos que residem no mesmo bairro, sendo a maioria destes pertencentes a famílias de baixa renda, catadores de materiais recicláveis, beneficiados do Programa Bolsa Família e de extrema miséria.

A escolha desta temática se faz importante porque poderá contribuir tanto para fortalecer a produção de conhecimento sobre o exercício do Serviço Social no campo da educação, como para a formulação de políticas públicas que atendam às demandas da profissão na área de educação.

O presente trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, a qual teve como base autores importantes como Pinto (1986), Azevedo (2000), Saviani (2004), Fernandes (1998), Coutinho, (2012) que enfatizam a Política Educacional no Brasil. Também Iamamoto (2009), Iamamoto,(1995), Oliveira (1996), Netto, (2009), Rodrigues (2009), Simões (2009) que trazem dados sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil e autores que contribuíram na contextualização histórica de Serviço Social na educação, tais como: Campos (2010), Rossa (2011), Piani, (2009), Souza (2009), Almeida (2000, 2003, 2007, 2011), Santana (2005), Alessandrini (2001), Frigotto (2000) e Iamamoto (2001)

Quanto à estrutura, o presente artigo está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo realiza um breve resgate histórico da Política Educacional Brasileira, desde a época dos jesuítas até nos dias de hoje, diante da ofensiva neoliberal que representou um retrocesso nos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Com a sua promulgação, a Constituição Federal de 1988 determina a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, respaldando este direito com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996. Contudo, a LDB implementada, a fim de realizar propostas democráticas educacionais, não ocorreu na prática e não garantiu aos cidadãos o acesso a uma educação de qualidade.

No segundo capítulo foi feita uma análise sobre o resgate do início da profissão até as lutas empreendidas hoje em dia, buscando defender o seu espaço profissional no âmbito escolar como os direitos da população que têm seus direitos violados pelo sistema capitalista. Procurou-se começar uma discussão que deve ser compreendida a partir do trabalho do Assistente Social nas escolas, como também, identificar a realidade enfrentada pela população e a estratégia de intervenção para o enfrentamento da expressão da questão social presente no ambiente escolar. O Serviço Social tem papel importante na educação, onde intervém com ações práticas relacionadas às problemáticas da área, proporcionando soluções e contribuindo para o sucesso educacional.

Assim, no decorrer deste trabalho mostra a importância da inserção do profissional de Serviço Social no âmbito da Política Educacional Brasileira através do entendimento de sua presença no espaço escolar que vem contribuir no atendimento as demandas expostas pela exclusão, porque através do seu entendimento e da sua assistência no contexto escolar este profissional contribui no atendimento à população menos favorecida socialmente.

Portanto, podemos notar que os problemas em que se encontram a educação, como violência, drogas, evasão escolar, etc. têm feito parte dos assuntos que permeiam o cenário Educacional e vêm mobilizando diversos profissionais em busca de soluções que auxiliem no enfrentamento dessa problemática, que podem ser atenuados através da atuação de uma equipe multidisciplinar contando com os Assistentes Sociais e os demais profissionais que atuam na rede pública.

No terceiro e último capítulo analisamos a inserção do Serviço Social na educação onde o Brasil assiste de braços cruzados a vulgarização da educação por

parte dos que têm poder e deles usufruem deste poder, onde há um grande crescimento da privatização do ensino público e o descarte da escola pública. Desse modo, as Políticas Públicas de Educação e as Assistenciais não tiveram respaldo dentro do sistema escolar, onde encontram os diferentes tipos de expressões da questão social advindas da crise do capital e das transformações que excluem grande parte da população. Faz-se necessário mostrar uma reflexão de uma visão que compreenda a educação como forma de emancipação dos sujeitos, bem como, defender a inserção dos Assistentes Sociais no contexto escolar, para assim, dar conta de uma demanda que socialmente permanece reprimida.

Sendo, assim, o presente artigo tem por objeto estudar a atuação do Serviço Social na Política da Educação Brasileira, entender a necessidade da inserção do profissional de Serviço Social nas instituições públicas de ensino, dando visibilidade a importância do trabalho interdisciplinar entre o Assistente Social e os demais profissionais inseridos no cenário educacional.

2. A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

A Política Educacional no Brasil vem passando por avanços e mudanças no contexto econômico, social e político. Historicamente, a educação está relacionada aos interesses da classe dominante e política econômica brasileira (ALMEIDA, 2000).

De acordo com Pinto (1986) a educação escolar no país teve como marco inicial a vinda dos jesuítas durante o período colonial (1815-1822), que implementaram e desenvolveram um sistema educacional com forte presença da Igreja Católica, responsável pela propagação de valores espirituais e morais típicos da civilização oriental.

Durante este período predominava no país o modelo agroexportador, em que a economia era voltada para o mercado externo europeu, que juntamente com a falta de política educacional estatal estabeleceram um quadro social que não considerava a escolarização da população menos privilegiada uma problemática a ser discutida (AZEVEDO, 2000).

Ainda conforme Azevedo (2000), a partir de 1822, com a Independência do Brasil, a Constituição do Império passa a garantir para a elite escolas primárias gratuitas e a criação de colégios e universidades, enquanto o restante da população era preparada, apenas, para o trabalho, formando, assim, um sistema de ensino oriundo da cultura escravocrata e sob a orientação das práticas do conservadorismo.

A educação continuava não sendo uma questão social a ser discutida, porém se desenvolvia rapidamente na iniciativa privada. Este quadro manteve-se quase inalterado até o início do século XX quando transformações sociais, econômicas e políticas fizeram crescer a demanda por educação e pela emancipação pelo ensino primário (PINTO, 1986).

A partir deste momento a educação começa a ser vista como algo de responsabilidade do Estado. Surge em 1924 a Associação Brasileira de Educação (ABE) composta por profissionais da educação, que representou um grande passo nas discussões envolvendo os problemas educacionais. Em 1930, houve a Regulamentação Nacional do Setor Educacional, em decorrência das transformações ocorridas no Brasil, operado pelo desenvolvimento industrial e que foram responsáveis pela elaboração das normas que ditam os rumos da organização e funcionamento do sistema de ensino (AZEVEDO, 2000).

Para Pinto (1986) o grande marco deste contexto histórico é a criação do Movimento de Educação e Saúde Pública (1930) pelo governo Getúlio Vargas. Em 1931, o titular responsável pelas reformas educacionais no Brasil, Francisco Campos, criou o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Consultivo do Ensino Comercial, o Estatuto das Universidades e organiza o ensino Secundário e Comercial.

Conforme Azevedo (2000) foi com as reformas que Francisco Campos iniciou uma série de ações que objetivava o fortalecimento de uma estrutura educacional voltada para o ensino técnico profissional. E como consequência da ABE surgiram os pioneiros da educação, que tiveram um papel importante na história Educacional Brasileira, sendo responsáveis por defenderem novos valores, ideias e princípios para o sistema educacional, além de transmitir a importância de buscar o caráter social da educação. Assim, as suas diretrizes serviram de modelo para elaboração da Constituição de 1934.

A Constituição de 1934 estabeleceu a responsabilidade da União como instância responsável pelo planejamento nacional da educação em todos os níveis e

definiu sua competência na coordenação e fiscalização da execução desse planejamento. Porém o que se percebeu ao longo dos anos foi a violação destes direitos, pois as diretrizes apresentadas no texto da Constituição não possibilitariam o estabelecimento de um Plano Nacional de educação, que veio a acontecer apenas em 1961, a partir do Projeto Lei de Diretrizes e Bases da Educação (AZEVEDO, 2000).

Ainda, a partir de 1934 o Ministério da Educação foi assumido por Gustavo Capanema, que introduziu uma série de reformas em todos os níveis de ensino. O ensino primário foi dividido em fundamental e supletivo. O médio em ginásial e colegial. E o profissionalizante em industrial, comercial e agrícola, para atender as demandas da industrialização, fazendo com que o Estado assumisse a responsabilidade pela formação de uma parcela da classe trabalhadora, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (SAVIANI, 2004; ALMEIDA, 2000).

As reformas na área da educação foram feitas de acordo com os interesses dos governantes que detinham o poder, assim cada um focava sua intervenção em um setor educacional que melhor correspondesse à demanda político-econômica daquele período (SAVIANI, 2004).

No ano de 1961 foi promulgada a LDB que, de acordo com Saviani (2004), manteve a estrutura de ensino em vigor inalterada, apenas possibilitando que os alunos se transferissem de um ramo para outro do ensino médio, instituiu que o acesso ao ensino superior fosse feito através do exame de vestibular e estabeleceu que tanto a esfera pública como a privada poderiam fornecer ensino em todos os níveis.

Segundo Azevedo (2000), o Brasil, em 1964 estava passando por uma crise econômica e política que colocou em questão a exigência pela criação de um novo espaço econômico. Com isto, a saída para a crise foi um golpe que implementou o regime militar (1964-1985). Como resposta a necessidade do sistema educacional de se ajustar ao novo modelo econômico, os militares utilizavam a Política Educacional Brasileira como ferramenta de disciplina e controle social, e o ensino superior voltado para a formação profissional direcionado ao mercado de trabalho e comercialização do ensino.

Tendo em vista a qualificação da mão-de-obra para atender as exigências do capital, mesmo sem priorizar a qualidade de ensino prestado, o governo militar criou

o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e Fundação Mobral, que tinham como objetivo a alfabetização funcional de jovens e adultos (PINTO, 1986).

No início dos anos 1980, o ensino primário no país passou a ser prioridade dos militares nos financiamentos do Banco Mundial que, além de produzir um diagnóstico sobre a educação, elaborou uma série de medidas que as políticas sociais deveriam seguir e realizou uma intensa reestruturação administrativa com a elaboração de políticas de gastos econômicos, tendo em vista a implementação no Brasil do projeto global de desenvolvimento.

Com o fim da ditadura, em 1985, a sociedade organizada ocupa as ruas reivindicando mudanças nas diversas áreas, em prol das eleições diretas para a Presidente da República, culminando na elaboração da Constituição Federal de 1988, chamada “Constituição Cidadã”.

A partir da promulgação desta Constituição, novas leis surgiram para regulamentar o artigo 205, qual enfatiza que

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando a pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, ART.205).

Com o desdobramento dos debates iniciados com a promulgação da Constituição de 1988, abriu-se espaço para elaboração de um projeto para uma nova LDB, o qual foi entregue ao Congresso e a Comissão da Educação, contendo os principais interesses de vários segmentos impostos pela sociedade, todos a favor de uma educação pública de qualidade, democrática e gratuita.

Contudo, o Senador Darcy Ribeiro ignorando todo o projeto antes elaborado e discutido, lançou no Senado Federal um projeto que não contou com a participação dos grupos ligados aos movimentos da educação. Este documento foi aprovado em 1996 com o total apoio do Ministério da Educação e Cultura e da iniciativa privada (FERNANDES, 1998).

Assim, conforme Coutinho (2012) os direitos assegurados na Carta Magna foram afetados pela adesão que o Brasil fez ao projeto Neoliberal. O Estado no Neoliberalismo reduz a responsabilidade de oferta da educação e a transfere para outros setores, em destaque para o setor privado, ou seja, para os próprios indivíduos, famílias e empresas, assim a educação vai se transformar em uma mercadoria.

Percebe-se que ao longo de sua trajetória a educação brasileira é marcada por uma intensa diferenciação entre a educação que é ofertada para as elites e a educação destinada às massas. Essa, fornecendo conhecimentos e mão-de-obra que o capital necessita para seu prosseguimento (ALMEIDA apud CFESS, 2011).

Por isso, para Almeida apud CFESS (2011) é indispensável que a sociedade possa discutir a função social da escola, a importância da presença da família no ambiente escolar e a educação como um direito fundamental na construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Neste contexto, o profissional do Serviço Social, tem o desafio de compreender a realidade em sua totalidade, levando em consideração a dinâmica contraditória em que se desenvolveram as particularidades que constituem a Política Educacional no país, buscando desenvolver sua atuação de acordo com o Projeto Ético Político Profissional.

3. BREVE TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

O profissional de Serviço Social surge na emergência das demandas impostas pelo novo modelo de organização da sociedade; pois a economia brasileira era centrada na agro exportação, baseada em grandes latifúndios ou na agronomia da produção familiar. Porém, no limiar do século XX, a economia passa a ser pautada no modelo urbano-industrial, causando o êxodo rural, no qual a população saía do campo em busca de melhores condições de vida, o que não ocorria e a miséria se intensificava ainda mais (IAMAMOTO, 2009).

Ainda de acordo com Iamamoto (2009), o Serviço Social surge articulado ao pensamento conservador da Doutrina Social da Igreja Católica e diretamente inserido em meio as relações sociais da classe operária, através de práticas relacionadas à saúde coletiva, habitação e no disciplinamento e dominação política social e ideológica do trabalhador proletariado. Agindo diretamente no enquadramento dos indivíduos às normas do Estado e do capital industrial.

O Serviço Social não surge por iniciativa do Estado para controlar o proletariado, mas da iniciativa particular da classe burguesa atrelada a Igreja Católica. Se fortalecendo junto com a classe trabalhadora, não com o intuito de

emancipar, mas de adequar o trabalhador às necessidades ditadas pelo capital sob uma perspectiva moralizadora (IAMAMOTO, 2009).

É nesse contexto que Iamamoto (1995) afirma que o Serviço Social inicia o seu processo de profissionalização e legitimação atrelado ao surgimento e expansão das instituições sociais assistenciais do Estado, paraestatal e autárquicos.

Assim, para Oliveira (1996) as instituições de assistência e previdência surgem como forma de o Estado responder às pressões das forças urbanas formadas pelo proletariado. As políticas sociais funcionam como controle social, através de uma política paternalista que transforma o capital o meio de sobreviver.

É através deste controle social na época que o Serviço Social é implementado e tem seu mercado de trabalho ampliado, e a prática profissional, por sua vez, começa a ser reavaliada (IAMAMOTO, 2009).

O período da ditadura militar, foi neste sentido marcado por muitas mudanças políticas, econômicas e sociais atrelada a muitas revoltas e contestações por parte da população. O governo por sua vez respondia com violência e repressão. Este processo de renovação da profissão ocorreu em três grandes momentos, cada qual com uma perspectiva diferenciada, sendo elas: Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura (NETTO, 2009).

Segundo Netto (2009) a perspectiva modernizadora buscava avançar nas discussões teóricas visando o aperfeiçoamento da ação profissional para responder as novas demandas impostas ao Serviço Social no que tange as expressões da questão social, e pretende que os Assistentes Sociais possam ser absorvidos para as atividades de planejamento e administração das políticas públicas sociais.

Neste momento ocorreram os Seminários de Teorização de Serviço Social, que resultaram nos Documentos de Araxá e Documento de Teresópolis que aconteceu nos anos 70 (NETTO, 2009).

Conforme Rodrigues (2009) o Documento de Araxá trazia em sua proposta a crítica ao conservadorismo, busca de integração social e orientação teórica pautada no funcionalismo e o Documento de Teresópolis trazia além da crítica ao conservadorismo, busca da integração social e aristocracia teórica pautada no funcionalismo.

No momento da Perspectiva da Reatualização do Conservadorismo ocorreram mais dois Seminários de Teorização, os quais foram realizados em Sumaré e Alto da Boa Vista. No seminário de Sumaré foi discutida a relação do

serviço social com a cientificidade, fenomenologia e a dialética e no seminário de Alto da Boa Vista a discussão se pautou em dois debates: o primeiro a defesa de uma prática baseada na fenomenologia e o segundo a defesa de uma ação profissional baseada nos preceitos de Marx, ou seja, a convergência de propostas distintas entre estrutura funcionalista e método crítico-dialético (NETTO, 2009; RODRIGUES, 2009).

Netto (2009) diz que foi somente na Perspectiva da Intenção de Ruptura que a profissão avançou no sentido da discussão teórica que a orienta. Esta discussão ocorreu em momentos distintos. No primeiro, um grupo de Assistentes Sociais se reuniu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais na década de 1970 e produziu o que é considerado hoje a primeira produção metodológica de Serviço Social: o Método B.H.

Para este autor, no segundo momento, temos a proposta de Marilda Iamamoto (2009) em suas reflexões embasadas em Karl Marx e Antônio Gramsci, a qual propõe pensar o Serviço Social como uma profissão ligada à lógica de reprodução das relações sociais, no âmbito da sociedade, onde se aprofunda o capitalismo.

Da década de 1980, diante das lutas sociais que se intensificaram no Brasil, os Assistentes Sociais iniciando suas ações pautadas no método crítico dialético do modernismo histórico, engajaram-se na luta para que os direitos sociais fossem reconhecidos.

Apesar dos avanços da profissão e também da promulgação da Constituição Cidadã em 1988, o Brasil começa a viver um imenso retrocesso no que tange aos direitos conquistados. Conforme Netto (2009), para o Serviço Social, os limites que são inerentes à profissão intensificam-se, fortalecendo, assim, as lutas da categoria na defesa dos direitos sociais e humanos da classe trabalhadora.

Para Simões (2009) diante da emergência de estabelecer estratégias de intervenção mais acertadas, a fim de responder as demandas advindas da crise e garantir melhores condições de trabalho aos profissionais, é implementado em 1993 o novo Código de Ética do profissional de Serviço Social, sendo esta, uma conquista para a profissão. Neste mesmo ano, a profissão é regulamentada por meio da Lei nº 8.662, objetivando determinar os direitos, deveres, competências e atribuições profissionais, que regem e norteiam a prática do Serviço Social até os dias atuais.

4. O SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

O Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930 e, desde então, vem ganhando espaço na sua atuação em diversas áreas e em parcerias com as Políticas Públicas (CAMPOS, 2010).

De acordo com Rossa (2011), somente a partir de 1990 que houve a implantação das políticas sociais, as quais foram responsáveis pelo aumento da demanda e requisição dos profissionais de Serviço Social na área de educação.

Já para Piani (2009), atualmente o Serviço Social tem sido considerado como uma das profissões fundamentais na perspectiva curricular da educação e ocupa espaços importantes no processo de execução das políticas educacionais.

Segundo Souza (2009) o Serviço Social tem um papel de extrema importância na educação. Onde tem um papel de intervir com ações práticas relacionadas aos diagnósticos sociais, oferecendo alternativas aos problemas vivenciados pelos alunos e sua família e colaborando para o sucesso educacional e social.

Desse modo, ainda para Souza (2009), o crescimento do Serviço Social na área da educação, frente à realidade do Projeto Ético Político profissional, possibilitou o aumento da demanda de Assistentes Sociais e sua inclusão no espaço educacional, onde tem a possibilidade de contribuir na realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis soluções para as problemáticas sociais encontradas. O que refletirá em um desenvolvimento da vida escolar e na implantação de Políticas Públicas que venham ao encontro aos anseios da população.

4.1. INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA

O sistema de Educação no Brasil, no contexto atual, mostra-se ineficiente na qualidade de ensino para os seus alunos e revela que o enfrentamento dessa problemática é um grande desafio para o sistema público, que se encontra dependente do sistema capitalista, o qual lhe impõe novas atribuições que a escola, ainda entrelaçada a uma estrutura arcaica, não dispõe de condições para atender. Fazendo com que o Estado não cumpra sua responsabilidade de prover o sistema educacional para garantir o acesso e permanência dos alunos na escola.

De acordo com Almeida (2003), diante desse quadro, o profissional do Serviço Social tem uma noção de que vai atuar num quadro de extrema precariedade, onde não tem recursos suficientes para defender o acesso aos direitos sociais, em uma conjuntura em que o Estado não garante o que está previsto em lei.

As instituições educacionais apresentam dificuldades em várias dimensões como o ritmo acelerado da precarização e das condições de trabalho dentro desses estabelecimentos. Tornando-se um espaço que necessita da atuação do profissional de Serviço Social, embora se verifique um número irrisório de profissionais atuando nesta área (ALMEIDA, 2003).

Porém, ainda para Almeida (2003) é necessário entender que o campo educacional não é a tábua de salvação de todos os problemas sociais e que o tipo de reforma de educação que temos hoje não aponta para essa perspectiva de enfrentamento dos grandes problemas que vivemos na sociedade.

Diante dessa perspectiva, a inserção do profissional de Serviço Social corresponde em buscar construir uma Política Educacional mediando com as Políticas Públicas, contribuindo para amenizar as problemáticas que interfere no desempenho de alunos e sua aprendizagem.

Sendo assim, a escola, é um local onde se encontram os variados tipos de relações sociais, onde o público alvo são crianças, adolescentes, jovens e adultos. As problemáticas que interferem e prejudicam a produtividade dos alunos são: gravidez precoce, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problema de saúde, moradia inadequada, drogas, tráfico de drogas, pais negligentes, famílias com vulnerabilidade social, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, evasão escolar, discriminação étnica, exploração sexual, inclusão de portadores de necessidade educativa, (etc.) que é o aspecto de caráter interventivo de atuação do assistente social. (SANTANA, 2005, p. 2- 3)

Apesar de não se constituir num campo contratante de Assistentes Sociais em grande escala, a Política da Educação vem sendo mobilizada cada vez mais por profissionais que atuam com programas assistenciais voltados para diversos segmentos das classes subalternizadas como: crianças, adolescentes, desempregados e idosos (ALMEIDA, 2007).

Para o autor acima citado a inclusão social para o acesso à educação e aos direitos sociais precisa ser vista como forma de combater a desigualdade social,

pois o futuro da sociedade reflete na forma de como está sendo direcionado o processo de formação. Para obter educação, é necessário não apenas está na sala de aula, mas verificar a realidade e dificuldades que o aluno em seu cotidiano assimila à aprendizagem.

Dessa forma, para Almeida (2003) é de extrema importância ter o Assistente Social integrando a equipe multidisciplinar na educação. Onde esses profissionais possam contribuir para melhorar as condições do ensino público e atuar no processo de inclusão social de crianças, jovens, adultos e adolescentes.

A área da educação tem sido um grande desafio para o Assistente Social. Pois, embora haja a necessidade de contratações, estas são poucas, visto que a escola é muitas vezes impotente na resolução de seus problemas.

Conforme Alessandrini (2001) o Serviço Social no cenário Educacional ainda é pouco reconhecido, mas vem sendo ampliada sua atuação através das escolas públicas e privadas, das assessorias, elaboração, implantação das políticas sociais, projetos educacionais de extensão, na comunidade, nos conselhos escolares e municipais, nas equipes de formação e orientação aos profissionais da educação.

Torna-se evidente, cada vez mais, que é importante e fundamental a intervenção desses profissionais na política de educação, na gestão escolar e na realidade da escola como elemento fundamental para o ensino e a aprendizagem (ALESSANDRINI, 2001).

Para isso, faz-se necessário um profissional crítico, científico, competente para uma inserção e gestão do desenvolvimento social, com identidade profissional e cultural comprometido com o desenvolvimento da sociedade e defesa dos direitos humanos e sociais.

Neste sentido, esse quadro urge um novo pensar e um fazer profissional do assistente social, consolidado ao projeto ético-político pautado nos princípios de justiça social, igualdade e liberdade como conquista da cidadania:

Um sujeito profissional que tinha competência para propor, para negociar, com a instituição os seus projetos, para difundir o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetuar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano, e também, buscar apreender a nova realidade para deletar tendências e possibilidade nela presente (IAMAMOTO, 2001, p.20).

Desta forma, a escola carece de definição de um projeto da realidade no contexto social, político e histórico, onde essa construção depende de um movimento interno, ou seja, do interesse das pessoas envolvidas em construir a identidade da escola e a construção da identidade dos seus educadores e o grau de conhecimento escola.

Segundo Frigotto (2000, p. 203) o Brasil assiste a banalização da escola pública, mas é preciso dar uma resposta coletiva:

As propostas educacionais, como alternativa no campo educativo expõe os limites do horizonte da burguesia e, em casos como o brasileiro, sobre determinados por uma burguesia atrasada, elitista e despótica. Isso se materializa de forma exemplar no embate em torno da educação no processo constituinte (1988) e mais especificamente, no processo em curso há mais de cinco anos de LDB (1989-1995). O discurso de modernidade, na prática, esconde o atraso histórico. O que vem ocorrendo por inúmeros disfarces, conversas, etc. é privatização crescente e o descarte de escola pública.

Faz-se necessário conhecer o novo público obtido pelas instituições educacionais, construir novos projetos pedagógicos, integrar ensino a realidade da educação, melhorar a formação, a remuneração dos professores e educadores, buscar melhores equipamentos e estruturas escolares, trabalhar a construção da interdisciplinaridade de profissionais a partir do diálogo, da integração dos saberes, da troca de informações e conhecimento e da busca de uma visão integral do sujeito (FRIGOTTO, 2000).

Para Alessandrini (2001) o conhecimento interdisciplinar deve ser construído reciprocamente por meio de comunicação e da contribuição de cada ciência, não havendo sobreposição de nenhum deles, mas preservando a integridade de seus métodos e de seus conceitos.

O Serviço Social tem o compromisso de efetivar direitos sociais nas expressões da questão social, intervindo direto nas unidades escolares e nas atividades de gerenciamento e planejamento da política educacional, onde juntos podem viabilizar a conscientização de acesso ao ensino e a superação das desigualdades sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta que a Política Educacional Brasileira desde o período dos jesuítas começou no campo educacional um sistema dependente, caracterizado pela forte presença da Igreja Católica até os anos 1990, com adesão do país ao projeto neoliberal que representou longas perdas na área social, principalmente nos direitos alcançados pela Constituição de 1988, marcada por transformações que eram realizadas de acordo com os interesses da classe dominante e das demandas relacionadas ao setor político econômico.

Atualmente o sistema de educação que vem se estendendo no país é marcado pela redução progressiva do Estado em ofertar a educação, mudando para outros setores esta responsabilidade, além da forte particularização entre a educação designada às elites e à classe operária.

A mudança histórica ocorre após a promulgação da Constituição de 1988 e LDB de 1996, época na qual ocorreram mudanças significativas da educação no país, advindas da organização política que resultou na conquista de direitos e fortalecimento da cidadania.

Ao apresentar um resgate histórico da profissão pretendeu-se afirmar que desde sua origem até hoje em dia muitas conquistas já foram alcançadas, mas é necessário continuar conquistando mais espaços, tendo como referência aqueles que lutaram, para que hoje o profissional de Serviço Social possa atuar numa perspectiva de garantia dos direitos e emancipação dos sujeitos.

A escola é uma das áreas de atuação desse profissional. Um espaço propício para o Assistente Social, dada a complexidade de intervenção junto a crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A escola nos dias de hoje é caracterizada por ser um espaço permeado de demandas reprimidas e de expressões das questões sociais. Ela é o local onde se expressam as características que evidenciam a negação dos direitos da população como violência, exclusão e negligência.

Neste sentido, é notório que o trabalho do profissional do Serviço Social no âmbito escolar contribuirá para ampliação e garantia dos direitos da população, mostrando às crianças, adolescentes, jovens e adultos as ferramentas fundamentais na construção da cidadania, tornando-os sujeitos emancipados, cidadãos e autores de sua história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luís Teixeira de. O serviço social na educação. **Revista Inscrita**, nº 6. Conselho Federal de Serviço Social, 2000.

_____. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais. In: **Subsídios para o debate sobre o serviço social na educação**. Brasília: CFESS, 2011.

_____. A inserção do serviço social e política educacional. Um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. In: **Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação**. Belo Horizonte, 28 de março de 2003.

_____. **O serviço social na educação: Novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc

ALESSANDRINI, M. A inserção do assistente social na política educação e na gestão da escola pública. **Relatos sociais**. São Paulo, ano, 36, n.59, p.61,2001.

AZEVEDO, Janete Lins. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educacional no Brasil: Uma abordagem histórica. In: **Gestão da educação, impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 17-40.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. 3ª ed. Brasília: CFESS, 1997.

CAMPOS, L. S.; DAVID, C. M. D. O Profissional de serviço social no ambiente escolar, uma vivência prática. **Serviço Social & Realidade**. Franca, v.19, n.1, p. 209-294, 2010.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. Educação sob a lógica do mercado: políticas de financiamento parcerias com o setor privado. In: **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 147-165.

FERNANDES, Ângela Viana Machado. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996: entre o texto e o contexto. **Cadernos de Serviço Social**. Campinas, ano VIII, n.12, p. 39-48, 1998.

FRIGOTTO.G. **Educação e a crise do capitalismo real**..4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Lima, Genilza Camelo. Conselho escolar [manuscrito]: Uma intervenção realizada na escola municipal Ana Azevedo no município de Campina Grande- PB. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: Ensaio crítico**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Carvalho, R. d. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica metodológica**. 28ª ed. São Paulo: Cortez: 2009.

_____. **Ditadura e serviço social: uma atuação do serviço social no Brasil pós-64**, 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, H. M. J. de. **Assistência social do discurso do Estado à prática do serviço social**. 2ª. Ed. Florianópolis: Editora de UFSC, 1996.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. Política educacional e serviço social. **Revista S. Saúde e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1986.

RODRIGUES, V. M. **Trabalho docente e o serviço social: desafios a educação profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora: Cultura Acadêmica, UNESP, 2009, p. 236.

ROSSA, A. **Serviço social na educação**, 2011, 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

SANTANA, Necilda de Moura. O serviço social na educação. **Em Foco**, n 3º Reimpressão. Novembro de 2005.

SAVIANI, Demerval. A escola pública brasileira no longo século XX: 1890-2001. In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação**. Sessão de Comunicação Coordenada: "O Século XX brasileiro: de Universalização dos primeiros livros ao Plano Nacional de Educação (1890-2001)". Curitiba, nov.2004.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social e educação: uma questão em debate**: Disponível em < www.ccsa.ufrn.br/interface/2/artigos.pdf >. Acesso em: 20 de out de 2010.

SOUZA. I. DE L. **Serviço social e educação: uma questão em debate**. Disponível em:< www.ccsa.ufrn.br/interface2-1/artigos-pdf > Acesso em 20 de out. de 2010